

DIGA NÃO AO PLP 549/09
CONGELA SALÁRIOS E PRECARIZA SERVIÇOS PÚBLICOS

STJ: Mantidos serviços essenciais, área ambiental pode manter mobilização

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisou nesta quarta-feira recurso da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) em defesa do movimento de mobilização dos servidores da área ambiental (MMA, Ibama, ICMBio). Por cinco votos a três, o STJ considerou que os servidores podem manter a mobilização, sem corte de ponto, se garantido o atendimento nos setores de fiscalização e licenciamento, serviços considerados essenciais. A análise é parcial e o processo segue em andamento. A decisão dada hoje pelo STJ aponta um primeiro norte para o reconhecimento do direito dos servidores

de se mobilizar. Ainda não houve julgamento do mérito, mas a Condsef seguirá defendendo o direito legítimo dos servidores de defender seus interesses e se mobilizar conforme necessitar a categoria.

A partir da análise do STJ, os servidores do MMA, Ibama e ICMBio devem realizar assembléias nesta quinta, 13, para definir os rumos do movimento. O entendimento dado ao caso da mobilização da greve ambiental pode criar jurisprudência para as demais categorias do setor público que estão mobilizadas. Por isso, a discussão desse tema se torna tão importante e deve mobilizar todos os servidores. Fonte: Condsef

IFMA oferece 239 vagas em concursos públicos

O Instituto Federal do Maranhão lançou dois editais de concursos públicos para as carreiras técnico-administrativa e do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico. São oferecidas 239 vagas, sendo 99 para cargos administrativos e 140 para professor. As inscrições estão abertas até o dia 25 de maio e podem ser feitas neste portal.

No concurso para técnico-administrativo estão disponíveis 37 vagas para nível superior e 62 para nível médio, distribuídas em dez campi e na Reitoria. A inscrição para esses cargos custa R\$ 55,00 (superior) e R\$ 35,00 (médio). A prova objetiva terá 36 questões e será aplicada no dia 20 de junho em 15 cidades diferentes.

A inscrição para os cargos do magistério custa R\$ 65,00. Haverá prova escrita de conhecimentos gerais no dia 6 de junho e prova didática. O sorteio dos temas será no período de 11 a 13 de junho e a prova didática acontecerá a partir do dia 13 de junho, obedecendo ao cronograma a ser divulgado. As 140 vagas para professor estão distribuídas em 45 áreas do conhecimento. Os aprovados irão atuar nos campi da capital e do interior do estado. Fonte: IFMA

SINDSEP-MA

ASSEMBLÉIA
com servidores da
AGU

O Sindsep/MA convoca os servidores da AGU (Advocacia Geral de União) para participarem de uma Assembléia a ser realizada no dia 14 de maio (sexta), às 10 horas, na AGU.

Pauta:
* Negociação Nacional;
* Indicativo de Greve;
* Informes.

DIA	HORA	LOCAL
14/05/2010 (Sexta)	10:00h	AGU

SINDSEP-MA

ASSEMBLÉIA
com servidores do
MTE

O Sindsep/MA convoca os servidores da SRTE para participarem de assembléia a ser realizada no dia 17 de maio (segunda), às 10h, na SRTE.

Pauta:
* Negociação Nacional;
* Indicativo de Greve;
* Informes.

DIA	HORA	LOCAL
17/05/2010 (Segunda)	10:00h	SRTE

VENHA JUNTAR-SE A UMA HISTÓRIA CONTADA COM REALIZAÇÕES

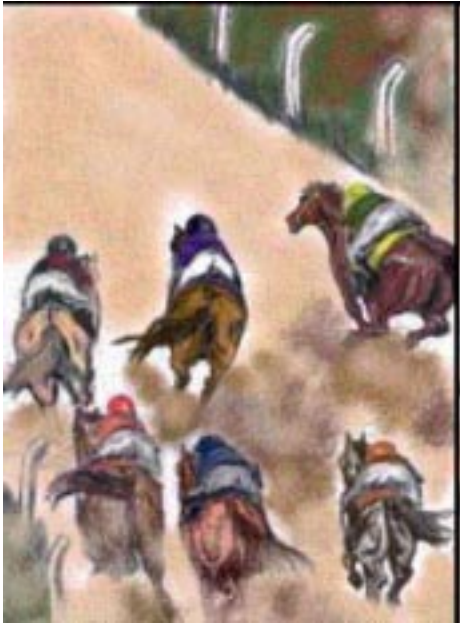
File-se

SINCATO FORTE COMEÇA POR VOCE

SINDSEP-MA
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO ESTADO DO MARANHÃO

COMISSÃO DE FILMAGEM E REGISTRAMENTO

Cobertura eleitoral: o efeito corrida de cavalos



Estamos chegando perto de mais uma eleição presidencial e pelo andar da carruagem parece que, mais uma vez, a campanha será marcada pelo conhecido efeito corrida de cavalos, onde o importante é estar na frente, não importa a que custo.

Os candidatos e partidos, é claro, só pensam em ganhar porque se deixaram contaminar pela necessidade de assegurar empregos para seguidores, durante mais quatro anos. A era dos grandes projetos já passou, agora predomina o imediatismo.

Criou-se assim um círculo vicioso no qual os políticos se comportam como jóqueis, os jornalistas como locutores e comentaristas da corrida e os cabos eleitorais como apostadores. O prêmio da aposta é um cargo público.

Tudo isto já é uma rotina na política tupiniquim. O que poderia introduzir um elemento novo no processo eleitoral é uma mudança de atitude da imprensa. Se ela aceitar o jogo da corrida de cavalos na campanha eleitoral, estará

apenas oferecendo mais do mesmo a um público que já está cético com relação à política e à mídia.

Os políticos dificilmente vão mudar, porque a única coisa que os fará rever estratégias é o veredicto das urnas, e isto só acontecerá depois das eleições. A imprensa não tem nada a perder se resolver mudar seu comportamento na cobertura da campanha dando mais importância ao público do que ao jóquei (ou cavalo) que está liderando a corrida.

A imprensa não será esnobada pelos políticos porque eles precisam dos meios de comunicação, mesmo torcendo o nariz. Por outro lado, apostando numa mudança, os jornais, rádios, emissoras de televisão e os portais informativos na web correm o sério risco de reconquistar parte da audiência perdida para a apatia política.

Nos anos 1970, fenômeno idêntico aconteceu nos Estados Unidos, quando vários jornais decidiram quebrar a rotina das coberturas estilo corrida de cavalos para lançar o que, na época, foi batizado de jornalismo cívico. Era uma coisa bem simples. Alguns jornais e emissoras de rádio de cidades afetadas por tensões raciais resolveram promover assembleias comunitárias, em que as pessoas discutiam com candidatos. Os jornalistas serviam de mediadores.

Além disso, os jornais que aderiram à linha cívica passaram a dar prioridade às reportagens e notícias envolvendo questões levantadas pelo público, cobrando reações dos candidatos. A idéia chegou a contaminar alguns jornais influentes da costa leste dos Estados Unidos e recebeu uma

considerável ajuda financeira do Centro Pew, uma das maiores fundações norte-americanas envolvidas com projetos jornalísticos.

Na época, o esforço não deu certo porque, ainda durante a campanha eleitoral, os grandes jornais hostilizaram a iniciativa alegando que ela ia contra o princípio da isenção dos jornais e jornalistas em matéria eleitoral. Os promotores da idéia do jornalismo cívico também superestimaram os efeitos da proposta, esperando que, em menos de um ano, fossem alterados rotinas, comportamentos e valores entranhados havia décadas nas redações, nas comunidades e entre os partidos políticos.

A menção que faço à iniciativa do jornalismo cívico não é para transplantá-la para nossa realidade, mas simplesmente para mostrar que existem outras possibilidades para a cobertura jornalística de eleições, além de narrar uma corrida entre candidatos e siglas.

Trinta anos depois, as condições são bem diferentes. A grande imprensa já não é mais tão forte quanto antes, surgiram outros canais de comunicação de permitem mais interatividade entre os eleitores e o público está ainda mais cético do que nos anos 1970 com relação aos políticos e partidos.

Não há receitas prontas, apenas possibilidades. O único grande erro a ser evitado é esperar mudanças instantâneas, do tipo daquelas mensuráveis por pesquisas pré-eleitorais. Hábitos tão antigos não mudam da noite para o dia, isto todos sabemos. Mas quem não arrisca, não tem nunca a chance de acertar, principalmente no jornalismo.